

Deve-se ensinar o povo a ler?

Albérico Afonso Costa Alho*

O Estado Novo vai globalmente tentar concretizar um conjunto de princípios em relação ao ensino que constituíram um corte com o modelo preconizado pelo republicanismo.

Mesmo antes das medidas legislativas que vieram a sustentar a legalidade e a fixar algumas ideias centrais da Ditadura Nacional sobre esta matéria, podemos apreciar um corúpio de declarações dos apóstolos da nova ordem, anunciando a verdade e a essência da nova cartilha que deveria iluminar os portugueses a caminho de uma nova redenção.

O Estado Novo vai também ao longo dos anos trinta e primeiros anos da década de quarenta pôr em prática uma política de contenção de despesas, na área da educação, que afectou particularmente o ensino técnico. O desinvestimento ponderado neste subsistema de ensino é motivado pela estratégia de discriminação

que o regime vai perfilar relativamente ao ensino profissional, que considerava um ensino "menor", destinado às "classes mais humildes" e, como tal, insusceptível de merecer grande empenhamento, antes devendo ser alvo de uma particular atenção no sentido de evitar que através dele se pudesse operar uma indesejável mobilidade social.

1. Perspectivas nacionalistas e sistema de ensino.

Dizem também os jornais, de cá, que uma grande parte do país tem colhido os melhores e mais abundantes frutos de uma administração e ordem pública modelares, e se tal declaração for tomada como vitupério, uma vez que se trata de elogio em boca própria, leia-se aquele

jornal de Genebra, Suíça, que longamente discorre, e em francês, o que maior autoridade lhe confere, sobre o ditador de Portugal, já sobredito, chamando-nos de afortunadíssimos por termos no poder um sábio. Tem toda a razão o autor do artigo, a quem do coração agradecemos, mas considere, por favor, que não é Pacheco menos sábio se amanhã disser, como dirá, que se deve dar à instrução primária elementar o que lhe pertence e mais nada, sem pruridos de sabedoria excessiva, a qual, por aparecer antes de tempo para nada serve, e também que muito pior que a treva do analfabetismo num coração puro é a instrução materialista e pagã asfíxiadora das melhores intenções, posto e que, reforça Pacheco e conclui, Salazar é o maior educador do nosso século, se não é atrevimento e temeridade afirmá-lo já, quando do século só vai vencido um terço.

José Saramago (1995)¹

Saramago, no texto que transcrevemos, reproduz *ipsis verbis*, uma frase de Carneiro Pacheco, ministro da Instrução Pública de Salazar, para quem "muito pior que a treva do analfabetismo num coração puro é a instrução materialista e pagã"².

Como adiante se verá, a frase não constitui uma opinião isolada, ou uma asserção descontextualizada do discurso educativo do



Estado Novo.

Para o regime saído do 28 de Maio, havia que colocar definitivamente à margem, expurgar da sociedade então em construção, os ideais e propostas republicanas cujo ideário educativo assentava no pressuposto de que a instrução era essencial ao bem estar e evolução do povo ³.

O novo regime demarcou-se das propostas e objectivos dos republicanos cujo ideário educativo, assente no pressuposto de que a instrução era essencial ao bem-estar e evolução do povo, foi considerado perigoso e indesejável.

Nos fins da década de 20, chega-se ao ponto de problematizar a própria necessidade de alfabetização, surgindo nas páginas dos jornais, um debate em torno da questão Deve-se ensinar o povo a ler?⁴. A análise deste debate contextualiza de forma paradigmática as perspectivas educativas do período da ditadura militar e dos primeiros anos de consolidação do Estado Novo. Só entendendo a ambiência educativa deste período, se poderá compreender a situação de abandono e desinvestimento a que foi remetido o ensino e em particular o ensino técnico.

Vale pois a pena determo-nos neste debate. A pergunta Deve-se ensinar o povo a ler?, não era quando foi enunciada uma mera pergunta retórica. Era, na sua substância, uma questão cuja resposta pretendia teorizar caminhos a adoptar pelo regime.

As elites nacionalistas, exteriorizam as suas preocupações sobre o assunto, sendo certo que essas preocupações não se concentram no sentido da extinção do altíssimo índice de analfabetismo que encontramos no Portugal de então. Pelo contrário, o que se vai equacionar neste debate é se para a salvaguarda da Revolução Nacional e para a defesa da virgindade da alma e do espírito do bom povo português, não seria preferível mantê-lo longe do mistério das letras, longe do conhecimento e do acesso ao mundo escrito e lido.

Um conjunto de figuras do Estado Novo celebrou-se por ter dado a cara para explicar as virtualidades do analfabetismo. Na linha da frente destacaram-se as contribuições da escritora Virginia de Castro Almeida e do historiador Alfredo Pimenta. A escritora, em 1927, explicou que a superioridade nacional de Portugal face a outros povos, assentava nos números substanciais dos "nossos" analfabetos ⁵:

"A parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75% de analfabetos".

As razões destas convicções eram explicadas desta forma:

"sabendo ler e escrever, nascem-lhes ambições: querem ir para as cidades ser marçanos, caixeiros, senhores; querem ir para

o Brasil. Aprenderam a ler! Que lêem? Relações de crimes; noções erradas de política; livros maus; folhetos de propaganda subversiva. Largam a enxada, desinteressam-se da terra e só têm uma ambição: serem empregados públicos. Que vantagens foram buscar à escola? Nenhumas. Nada ganharam. Perderam tudo. Felizes os que esquecem as letras e voltam à enxada" ⁶.

A manutenção de um Portugal rural, talhado à medida da enxada, longe das luzes da cidade, ainda que esta albergue apenas marçanos ou caixeiros, consubstancia o desejo primeiro desta escritora digna representante do imaginário do regime.

Por seu lado, Alfredo Pimenta num dos artigos que publicou no jornal A Voz sobre o assunto, refere: "foi o querer saber que fez o homem pecar (...) Insisto: não preconizo o analfabetismo sistemático; digo que a instrução é um instrumento perigoso que não pode circular em todas as mãos como um explosivo. Como um veneno. Só num carácter são, ela é útil ou pelo menos inofensiva" ⁷.

Ainda A. Pimenta polemizando com os republicanos que consideravam que "abrir uma escola era fechar uma cadeia", vai sustentar que "abrir uma escola era abrir dez cadeias" O mesmo historiador defende com convicção que "Ensinar o povo português a ler e a escrever para tomar conhecimento das doutrinas corrosivas de panfletários sem escrúpulos, ou das facécias malcheirosas que no seu beco escuro vomita todos os dias qualquer garota da vida airada, ou das mentiras criminosas dos folhetários políticos, é inadmissível. Logo, concluo eu: para a péssima educação que possui, e para a natureza da instrução que lhe vão dar, o povo português já sabe de mais" ⁸.

Na perspectiva destes autores, de um lado está o povo português, naturalmente bom, e do outro a leitura e a escrita, naturalmente más; dum lado a criança desprotegida, do outro o lobo espreitando como um algoz a presa fácil para nela inculcar através da competência da leitura os torpes ideais dos políticos.

Para o deputado Moura Relvas, a escola poderia eventualmente ser portadora de algumas benéficas virtualidades pois "podia ajudar os trabalhadores a usar a cabeça, coisa que quando entregues a si próprios, tinham uma especial relutância em fazer. Talvez lhe desse alguma "capacidade para prestarem atenção, porque eles coitados, das criadas de servir aos jardineiros, sentiam muita dificuldade -como ele próprio observava -em pensar" ⁹.

Havia assim que, responder cuidadosamente à pergunta enunciada: havia que ensinar o povo a ler, porém, quanto baste.

Mas mais que ensiná-lo a ler, havia que formá-lo, integrá-lo nos seus princípios da Pátria e da moral cristã, sendo certo que, a escola, se funcionasse com eficácia poderia tornar-se, na perspectiva do inspector Joaquim Tomás "A mais diligente e disciplinada polícia de segurança do Estado" ¹⁰.

Mas este ponto de vista não era exclusivo de alguns intelectuais conservadores mais exaltados. Responsáveis do governo pela Educação e o próprio Oliveira Salazar lêem por uma partitura semelhante. Salazar, já como Presidente do Conselho em 1933, numa entrevista a António Ferro sintetiza as suas prioridades nesta matéria "considero (...) mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas". E, quando pressionado por alguma imprensa da época que apelava ao governo que ensinasse o povo a ler, Salazar interroga, sintético: "Para ler o quê?" ¹¹, interrogação, que como um tiro, atingia a questão fundamental desta problemática. Há porém outros sectores para quem a leitura e a escrita configuram competências instrumentais, que ajudariam a que a palavra do regime mais facilmente penetrasse nas camadas populares.

O ministro Carneiro Pacheco hesita entre estas duas estratégias. Referindo-se aos discursos de Salazar exclama, sonhador:...."Só para poder meditá-los não deveria haver um único português analfabeto" ¹². A escola posta ao serviço do regime era reivindicada com alguma urgência, para que não se perdesse pela incompreensão a mensagem propagandística do Estado Novo, de que deveriam ser receptores minimamente conscientes todos os portugueses.

A alfabetização seria vista como uma ferramenta de controle social, a chave que abriria a porta de acesso à compreensão das ideias mestras que deveriam dar forma ao comportamento social dos portugueses.

O problema pode ser equacionado da seguinte forma: se é certo que a instrução não faria nunca a Humanidade feliz, também era certo que as escolas configuravam, por excelência, preciosos instrumentos de controle social, que seria um erro não aproveitar.

Havia, assim, que responder cuidadosamente à pergunta enunciada: havia que ensinar o povo a ler, porém, mais que ensiná-lo a ler, havia que formá-lo, integrá-lo nos seus princípios da Pátria e da moral cristã, pelo que a escola, para funcionar com eficácia, deveria entender, ponderar e sopesar qual o tipo de leituras adequadas:

"Saber ler para acreditar cegamente no que dizem certos jornais e certas publicações? Saber ler para fazer a cultura do ódio entre os homens e do ódio entre as classes? Saber ler para poder ver até onde vai a prática e a ciência do mal? Pergunto vale a pena saber ler para isto? É preciso sobretudo educar..."¹³.

Mais que instruir, havia que educar, sendo certo que os educadores deveriam ser rigorosamente seleccionados, por forma a serem capazes de transmitir as grandes ideias chave do regime, do alto do seu estrado, protegidos pelo crucifixo e as figuras tutelares dos retratos sérios, cuja colocação foi tornada obrigatória por força da lei: "É ao Estado que incumbe a formação da mentalidade dos professores"¹⁴.

Deste modo e cumpridos estes "pré-requisitos", a leitura e a escrita representariam instrumentos fundamentais, que ajudariam a que a palavra do regime mais facilmente penetrasse nas camadas populares.

A síntese destas duas posições em torno do debate: Deve-se ensinar o povo a ler?, vai redundar num conjunto de alterações no sistema educativo, reduzindo a escolaridade obrigatória a índices mínimos. É este o quadro e o cenário que propiciam a elaboração das medidas legislativas que consagram "o nivelamento por baixo", em relação ao sistema educativo¹⁵.

Toda esta retórica serve para preparar terreno à redução do ensino primário para três anos, à extinção das Escolas Normais Superiores, à extinção do Ensino Primário Complementar, ao encerramento das escolas de Magistério Primário, à criação dos chamados "Postos de Ensino" com os respectivos regentes escolares¹⁶.

Estas medidas configuraram-se como "um conjunto coerente e articulado e através delas publicitou-se oficialmente a ignorância"¹⁷.

O preâmbulo do decreto que divulga os novos programas do ensino primário complementar (que seria aliás extinto em 1932) refere que este ensino seria destinado àqueles que "não continuassem os estudos nos Liceus ou Escolas Técnicas mas pretendessem ilustrar-se mais um pouco", sendo tais alternativas elucidativas de outra dimensão que encobre o discurso ideológico nacionalista.

Pode ler-se no referido preâmbulo: "O ferreiro quer o filho médico; o alfaiate quer o filho matemático; o carcereiro quer o filho juiz do Supremo; a operária quer a filha formada em Letras;" (...). Em tais condições ficam despovoadas as escolas técnicas e oficiais, e então "porque os poderes públicos viram que transviada ia a juventude portuguesa, intentam trazê-la dos estabelecimentos de cultura erudita, de ciência pura, que ficarão reservados aos superiormente inteligentes"¹⁸.

A mobilização social ascendente deveria ser por todas as formas contrariada. Era pois necessário que o privilégio classista tivesse condições para se eternizar. O exemplo também vem de cima...

"Oigo muitas vezes dizer aos homens da minha aldeia: "Gostava que os pequenos soubessem ler para os tirar da enxada". E eu gostaria bem mais que eles dissessem: "Gostaria que os pequenos soubessem ler, para poderem tirar melhor rendimento da enxada". Precisamos de convencer o povo de que a felicidade não se consegue buscando-a através da vida moderna e dos seus artificios, mas procurando a adaptação de cada um às características do ambiente exterior"¹⁹.

Também o próprio Salazar se encarregava de desmobilizar as aspirações de melhoria da condição social.

A forte intervenção por parte do Estado na política educativa revela-se pela criação de barreiras no acesso ao ensino, como observa António Nóvoa: "Contrariamente ao liberalismo (1820-1910) e ao republicanismo (1910-1926) que tentaram, sem grande êxito, estimular a procura social da educação através de uma maior oferta institucional, o salazarismo esforçou-se por controlar o crescimento do sistema de ensino"²⁰. As estratégias de controle passam por um conjunto de medidas legislativas que limitam as matrículas e aprofundam a engenharia da selecção escolar ao nível do ensino liceal e técnico²¹.

Ao longo dos dezasseis anos de vida do regime republicano, os seus dirigentes empenharam-se na promoção do ensino técnico, o que é ilustrado pelo substancial aumento da rede escolar, principalmente ao nível dos centros urbanos.

As elites políticas republicanas e mesmo largos sectores sindicais, confluíram no entendimento de que a modernização e o progresso do país deviam passar pelo desenvolvimento da instrução das massas populares em geral e dos operários em particular²².

Também aqui o primeiro impulso da Ditadura Nacional e do Estado Novo é de distanciação em relação às políticas educativas da República.

Analisando as primeiras medidas tomadas em relação ao ensino técnico profissional, verificamos a existência de um desinvestimento face a este sub-sistema de ensino.

As iniciativas mais conhecidas vão no sentido de concretizar uma apertada contenção de

pesas, discriminação orçamental do ensino técnico face ao liceal, fusão de escolas, eliminação de algumas escolas por razões administrativas ou políticas e ainda a redução do ciclo de estudos (o curso de comércio passa de 4 para 3 anos)²³.

Sérgio Grácio explica-nos a forma e o contexto em que esta política sobreviveu e fortificou durante mais de vinte anos:

"Os anos 30, e a primeira metade dos anos 40 vão ser dominados pela contenção das despesas. E pelo mesmo desequilíbrio na sua repartição entre o técnico elementar e o liceal, apesar da fortíssima procura de que o primeiro era objecto. Uma tal situação, prolongada por tão extenso período, só foi possível no quadro do autoritarismo do regime, e sem dúvida também no quadro de uma certa forma de elitismo: as dificuldades materiais em que se debatiam as escolas eram reservadas para uma população de alunos cuja condição se caracterizava precisamente pelo mesmo tipo de dificuldades"²⁴.

A revista da Associação Industrial Portuguesa alerta para a situação deprimente em que era lançado o ensino técnico, referindo que em 1930/31 o número de recusa de matrículas chega a atingir metade dos candidatos em algumas escolas de Lisboa²⁵.

Os responsáveis pela educação assumem claramente uma estratégia discriminatória em relação ao ensino profissional, por contraponto ao ensino liceal destinado ao escol dirigente do país. Eusébio Tamagnini, ministro da Instrução de Salazar justifica a "bondade" desta opção:

"As nossas escolas não podem inspirar-se no sentimento romântico de fazer passar todos os jovens pelos mesmos cursos, sujeitando-os a uma educação uniforme que lhes desperte ambições e desejos de posições sociais equivalentes.

Muito pelo contrário, o bem da Nação exige que haja escolas de formação diferenciadas, onde a cada indivíduo se dê educação consentânea com as suas capacidades e aptidões particulares"²⁶.

Por outro lado, o reforço e o aprofundamento da selecção escolar vai desempenhar um papel complementar na limitação do acesso à educação. Há relatórios dos directores das escolas técnicas indicando níveis de insucesso que ultrapassam os 80% nalguns cursos. O próprio prolongamento da escolaridade obrigatória suscitava reservas e impunha resistências.

O deputado Moura Relvas, em 1947, no debate na Assembleia Nacional, referindo-se aos

alunos do ensino técnico, sustenta que, "Os rapazes saídos das nossas escolas têm características hereditárias, familiares, mesológicas, educativas e económicas diferentes e próprias, sendo, portanto, natural que procurem seguir na vida diferentes caminhos" 27.

Ainda neste debate da Assembleia Nacional, outros deputados vão trazer argumentos de natureza eugénica para justificar as diferenças de política que se deveriam adoptar para os que frequentam o liceu e as escolas técnicas.

Mas esta situação de discriminação pode ser analisada também noutras áreas relacionadas com o ensino técnico.

Em relação à saúde escolar, o Estado Novo vai produzir uma doutrina médico-pedagógica própria:

"A saúde escolar constrói duas estratégias distintas para estas duas vias de ensino: a liceal bem enquadrada do ponto de vista médico-pedagógico e orientada para a formação ideológica das elites da nação, através de uma intervenção minuciosa e moralmente exigente e a via técnica, com uma intervenção médico-escolar pontual e supletiva de cariz marcadamente assistencialista e de orientação profissional (adaptação dos tipos físicos e fisiológicos dos alunos às profissões)" 28.

Nesta área, seria de supor que as condições sociais daqueles que frequentavam as escolas técnicas necessitariam de cuidados de saúde mais rigorosos. No entanto, os objectivos dos responsáveis do Estado Novo eram outros:

"É uma aposta esclarecida desta reforma na formação moral, intelectual e física das futuras elites da Nação, "dada a circunstância de frequentarem estes (os liceus) os que mais tarde hão-de ser dirigentes de Portugal, ou no ensino, como professores, ou no exército, como oficiais, ou em cargos do Estado ou das corporações administrativas, ou no alto Comércio e Indústria" (Correia, 1939: 198)" 29.

Havia assim, desde muito cedo e a todos os níveis, incluindo o da saúde, que separar águas e inscrever a diferença por forma a que ela se tornasse e pudesse ser naturalmente aceite.

O Estado Novo foi extremamente cuidadoso ao evitar que a mobilidade social se pudesse operar através dos mecanismos escolares. Vai assim aproveitar e aprofundar as desigualdades já existentes entre os dois grandes ramos do ensino secundário: o liceal e o técnico-profissional.

O primeiro, destinava-se às classes médias e altas, com o predomínio de cadeiras de cariz

humanístico-científico e o segundo, assente essencialmente num modelo de prática e experiência oficiais, em que se hipervalorizavam a destreza e competência manuais, tinha como destinatários as classes populares.

O primeiro, destinava-se inequivocamente a favorecer o prosseguimento de estudos a nível superior; o segundo armadilhava o acesso ao ensino universitário.

Mas a discriminação alargava-se também quando se pretendia ingressar na vida activa. Nos concursos para lugares da administração pública, os candidatos com o curso geral dos liceus eram preferidos em relação aos que tinham formação académica idêntica adquirida no ensino técnico. Mesmo nas promoções na administração os certificados com o ensino técnico eram preferidos: "num concurso de promoção efectuado na nossa Junta Geral todos os funcionários com o Curso de Comércio, desta Escola, ficaram inibidos de concorrer por não terem a habilitação equivalente ao 2º Ciclo Liceal" 30.

A discriminação ia ao ponto de serem admitidos preferencialmente, em empregos do Estado, alunos com o 5º ano do liceu, para cargos ligados às actividades industriais ou comerciais. Era habitual para preencher uma vaga de electricista os alunos do liceu ficarem à frente daqueles que tinham o curso profissional.

Papéis e estatutos sociais diferenciados e hierarquizados, aguardavam extramuros escolares, os habitantes do ensino liceal e do ensino técnico.

Entre um e o outro, desejava-se distância, e as raras pontes que se traçavam entre ambos, eram de difícil acesso.

Desta forma, pretendia-se reproduzir com fidelidade uma estrutura social que sobrevivia à custa de uma pirâmide classista, na base da qual estavam aqueles cujos filhos, ou eram certificados com a instrução primária ou enveredavam pelo ensino técnico-profissional, metamorfoseando-se estes, numa mão-de-obra que pela sua qualificação era facilmente enquadrada num mercado de trabalho caracterizado pela indiferenciação profissional e pela insuficiência técnica e cultural dos trabalhadores que o compunham.

A estratégia deliberada da diminuição da escolarização para o ensino técnico tinha a mesma marca genética dos que defendiam não já as virtualidades do analfabetismo, mas a magra razão do saber, ler, escrever e contar...

Em 1936, num período em que se fazem "orelhas moucas" aos pedidos de intervenção para melhorar as condições materiais do ETP, as preocupações do Ministro da Educação apontam noutra direcção:

"Determino que se recomende aos direc-

tores das Escolas a conveniência de adoptar, com a prudência que o caso requer, as providências que julgarem necessárias para que o pessoal feminino das Escolas -Professoras, Mestras, alunas ou empregadas -não se apresentem ao serviço e às aulas exageradamente pintadas ou em trajes pouco recomendáveis por quaisquer exageros. Para as Escolas do Ensino Técnico Profissional deve acentuar-se que não deve perder-se de vista, além dos maus exemplos que aqueles factos sempre representam como atentatórios da moral e da disciplina, a circunstância de que as escolas do Ensino Técnico Profissional são frequentadas pelas classes mais humildes, sendo por isso indispensável evitar com maior rigor tudo o que possa contribuir para falsear a educação que a Escola deve dar" 31.

Do mesmo modo, a assumida discriminação deste ensino integrava o propósito confessado de manter as classes populares no "seu" lugar, educando-as na aceitação incondicional da ordem social estabelecida, onde mesmo o "desacerto" na coreografia poderia contribuir para "falsear a educação" dos alunos com a marca desta condição social.

Do ponto de vista pedagógico, a escola dos primeiros anos do regime nacionalista, vai-se também afastar das perspectivas dos republicanos nesta matéria, que defendiam uma pedagogia cívica assente na preocupação de formar cidadãos activos, autónomos e intervenientes na Res Publica 32.

Nas décadas de 30 e 40 do século XX, vamos assistir à "contra-reforma educativa" 33 face ao movimento pedagógico enunciado pela República.

O sistema escolar vai ser um campo de intervenção prioritária do Estado Novo no sentido de operacionalizar uma contestação aos princípios pedagógicos liberais e mais do que isso, de utilização da escola para a formação de um novo perfil moral, cívico, intelectual, político e ideológico dos jovens.

As perspectivas estadonovistas para a política educativa haviam-se sedimentado numa matriz nacionalista e de inculcação ideológica, em que as marcas do Estado autoritário eram bastante visíveis no universo escolar 34.

A escola portuguesa construída pelo Estado Novo pretendeu ser a unidade produtiva de novas consciências, que determinariam novas formas de estar e perspectivar a sociedade, o quotidiano, o indivíduo e a própria concepção da vida.



lá la ri lá lá
ela ele eles elas
alto altar altura
Lusitos! Lusitas!
Viva Salazar!
Viva Salazar!

Em 1931, na Inauguração do X Congresso de Protecção à Criança, o Ministro da Justiça sintetiza, de uma forma esclarecedora o seu catecismo pedagógico: "Educar é sempre forçar, podar, cortar, contrariar, esmagar" 35.

A metáfora reflecte um ideal pedagógico em que a criança é apenas uma matéria-prima a ser trabalhada numa linha de produção em série, por forma a assegurar um produto final homogeneamente calibrado.

A estética do silêncio, do conformismo, da imobilidade, da ordem, de uma atitude intelectual estática, é cultivada por forma a que dela brotem valores e pautas éticas que consubstanciem instrumentos de prática pedagógica.

4. A propaganda no posto de comando -A construção de uma nova identidade política e ideológica.

Baltazar Rebello de Sousa, nos 25 anos da revista "Panorama" num artigo intitulado Sei o que quero e para onde vou, no meio de um panegírico emocionado a Salazar, refere que este quando questionado acerca do seu êxito enquanto governante respondeu com singeleza "politicamente pouco mais fizemos do que cingirmo-nos a algumas verdades humanas e

compreender o interesse e a alma da nação" 36. Com estas palavras Salazar resumiria, as grandes linhas de força propagandísticas do regime.

"Algumas verdades humanas" seriam aquelas que os livros escolares escolheriam e reproduziriam como máximas, inscritas em letras gordas e no estilo "É mais difícil mandar do que obedecer" ou "não vá o sapateiro além da chinela" ou "devagar se vai ao longe".

"O interesse e a alma da nação" configurariam os condimentos e as próteses de uma maquilhagem que faria surgir o "novo homem" sobre o qual deveria pacificamente continuar e repousar em permanente vigília o Estado Novo, que traria uma "nova ordem", uma "nova vida" aos novos cidadãos, sobreviventes da anarquia republicana que o Estado liberal havia proporcionado.

Ao anterior "caos", à confusão sem rei nem roque, havia que opor a nova ordem, os novos valores nacionais, um novo "modus vivendi" e claro como corolário de todas estas novidades "o novo homem", amante da sua terra, submisso à trilogia "Deus, Pátria e Autoridade", um homem contido, respeitador, servil receptáculo das novas mensagens que criavam uma nova alma nacional.

"O interesse e a alma nacional" e "as verdades humanas" de que falava Salazar vão ser tecidas no enorme tear profissional que configura o aparelho ideológico-propagandístico do regime, sendo a própria máquina estatal que vai assumir a tarefa de tutelar os espaços institucionais que vão puxar habilmente os fios para a tecitura e confecção da sua obra, "o homem novo", concebido, nascido e legitimamente gerado pelo Estado Corporativo.

"Para fazer portanto obra nova, obra reformadora, é necessário antes de mais nada, renovar o indivíduo, transformá-lo, pô-lo de acordo com o seu próprio ambiente, com a sua própria terra" 37.

O projecto de fazer chegar a palavra do Estado Novo a todos os portugueses, não se limitaria à publicitação da mensagem ou ao aconselhamento do caminho a seguir; Este projecto quis ir mais longe e pretendeu ser igualmente formativo; com inegável competência e eficácia, entrou dentro da vida dos cidadãos, ensinando-lhes o abecedário da forma de estar em sociedade, preenchendo o seu quotidiano e domesticando o seu imaginário.

A gramática da moral, as fronteiras do gosto e do desejo, são habilmente pré-concebidas e

ajustadas nos organismos que são as traves mestras do aparelho de propaganda do Estado Novo. O SPN, o Ministério de Educação Nacional e a estrutura corporativa. Numa outra vertente releva ainda a Agência das Colónias/Ultramar dependente do respectivo ministério e que se encarregará da propaganda imperial.

4.1. O Secretariado de Propaganda Nacional

Formado em 1933, o SPN figurará na História de Portugal como o laboratório de propaganda do Estado Novo. "A política do espírito" do jovem António Ferro, pretendeu tocar todos os instrumentos possíveis da divulgação dos valores, que se desejava, fossem os pilares intelectuais do regime.

Num artigo publicado no Diário de Notícias em 31/10/32, .. Este, depois de se confessar extasiado com a figura de Mussolini e à laia de recado a Salazar pergunta explicitamente:

"O que deve fazer portanto o ditador, para evitar a morte da sua obra e do seu nome, para não ser esquecido, para não ser vítima de ingratidão daqueles que serviu, daqueles que salvou? Apenas isto: martelar constantemente as suas ideias, despi-las da sua rigidez, dar-lhes vida e calor, comunicá-las à multidão.... (...) Que o ditador e o povo se confundam de tal forma que o povo se sinta ditador e que o ditador se sinta povo" 38.

O recado não seria inteiramente ouvido pelo seu destinatário, que pelas razões que conhecemos, não tinha o perfil empático de que Ferro necessitava.

Hestava-lhe portanto através do organismo que chefiará em 1933, conseguir martelar as ideias do ditador e fazer chegar a imagem e os valores deste ao povo, encenando propagandisticamente este casamento (povo+ditador) de que ele seria um padrinho embevecido e empenhado.

A semelhança dos fascismos alemão e italiano a propaganda vai estar no posto de comando.

O SPN vai traçar a arquitectura da nova identidade nacional: a gente lusa necessitava de trabalhar as suas raízes étnicas, culturais e sociais. Urgia informar o povo de que o povo era feliz; urgia informar o povo de que vivia num país com uma enorme história, com uma alma grandiosa, e que os princípios que se ancoravam debaixo do "Deus, Pátria, Autoridade, Família e Trabalho" eram a massa aglutinadora do seu ser, em torno dos quais este país rural e calmo, criaria condições para se reencontrar, progredir e ficar igual a si mesmo, já que os estrangeirismos seriam sempre perniciosos.

A imprensa, a arte, a radiodifusão, o cinema, a literatura, são instrumentos poderosos que devem ser postos ao serviço destes ideais; de

igual modo há que descobrir, ajudar, lançar e proteger as vanguardas intelectuais para que com entusiasmo e empenhamento sejam capazes de criações inextinguíveis que potenciem e publiquem os valores do regime.

O SPN trabalhava pois nas décadas de 30 e 40 sob o signo da eficácia e da acção cirúrgica e plástica sobre a alma da nação.

4.2. O Ministério de Educação Nacional

Enquanto o SPN espectacularmente punha em cena o poder e publicitava as suas obras grandiosas, nas escolas portuguesas, ensinava-se o BA-BÁ da obediência, do respeito, da contenção, da moral cristã, do amor à pátria, formando-se cidadãos que teriam por função continuar Portugal.

No ensino primário a magra ração do ler, escrever e contar, era suficiente, se se controlasse o apetite da subida e se cada um se resignasse com o seu papel e estatuto sociais.

No ensino secundário comercial, industrial e liceal, parcamente habitado por alunos, oriundos de extractos sociais precisos, há, não só que formar, mas também integrar, controlar e lançar a semente do nacionalismo, do amor à pátria e ao seu incontestado chefe, cuja figura paternal deveria habitar para sempre na memória colectiva discente.

No plano da formação completa dos jovens a Mocidade Portuguesa que abrangerá toda a juventude escolar ou não e se destinava "a estimular o desenvolvimento da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria" e a Mocidade Portuguesa Feminina que pretendia interiorizar nas jovens portuguesas, além dos mesmos princípios aduzidos aos rapazes a "devoção ao serviço social e o gosto da vida doméstica" 39, completam os objectivos da educação nacional.

Lançava-se assim a semente à terra para que medrasse, no sentido da produção em série de um "novo homem", adubado pelo "Portugal de coisas económica e socialmente pequenas dos anos 30/40, o português conformado, respeitador da tradição e da ordem, alegre, algo inconsequente e infantilizado, de matriz rural, que se pretendia a "viver habitualmente" num mundo "sem ambições doentias" 40.

A manutenção de um Portugal rural, talhado à medida da enxada, longe das luzes da cidade, ainda que esta albergue apenas marcanos ou caixeiros, consubstancia o desejo e a militância dos principais dignitários do regime.

4.3. A estrutura corporativa;

Mas se a propaganda bombástica, espectacular

lar e estruturante do Estado Novo, se encontrava entregue ao SPN e a formação quotidiana de aprendizagem da obediência e submissão aos superiores interesses nacionais, se encontravam entregues ao aparelho escolar que em doses terapêuticas suficientes e generosas o transmitiam às crianças e aos jovens, que fazer com os adultos, com os trabalhadores activos deste país, que tinham tempos livres e tempos de lazer tão perigosos se mal aproveitados, tão convidativos à discussão e à tertúlia, quem sabe se política?

Em 13 de Junho de 1935, o regime assegura o aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores através da formação da FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.)

"Sindicatos, Casas do Povo, União, Federações e Grêmios Patronais, Institutos, empresas e individualidades benfeitoras, integrariam este organismo a quem ficarão entregues numa primeira fase algumas colónias de férias, refeitórios económicos e um centro de cultura popular que em 1936 em conjunto com os sindicatos promoverá no Campo Pequeno um início anti-comunista 41. O mote estava dado...

Já na década de 40 iniciar-se-iam as sessões culturais com transmissão radiofónica.

Assegurar-se-à assim através de actividades lúdicas e culturais que a mensagem do regime chegue a todos os trabalhadores até nos seus espaços de lazer.

Paralelamente à FNAT, a Junta Central das Casas do Povo e a Junta Central das Casas dos Pescadores, enquadrarão por seu lado as populações rurais e piscatórias, não excluindo assim o regime, da sua acção ideológica, quaisquer sectores dentro da sociedade portuguesa.

4.4. A Agência das Colónias Ultramar.

Na sua vertente imperial/colonial também o Ministério das Colónias, através da Agência Geral das Colónias, fundada ainda durante a República, pontifica como organismo de propaganda colonial, quer autonomamente tomando iniciativas como exposições, jornais, filmes, bibliografia colonial, quer em estreita colaboração com o SPN e a MP.

O aparelho circulatório de propaganda do Estado Novo, dispunha assim de várias aortas que transportavam às lufadas por todo o corpo do país a palavra, a obra e a iconografia do regime...

Em síntese, quaisquer expectativas de mudança e de promoção social podiam desregular o edifício estadonovista. O sistema educativo que nas sociedades capitalistas liberais tem constituído dos poucos escapes que permitem

a mobilidade social, encontrava-se assim armadilhado pelo Estado Novo, no sentido de condicionar ou pelo menos evitar com eficácia qualquer ascensão social.

O regime nacionalista ao mesmo tempo que impunha medidas de emagrecimento aos recursos financeiros para a educação e que minorizava programas e a própria escolarização, colocava por outro lado barreiras à procura social da educação, condimentando a escola, como espaço privilegiado de enquadramento moral, de doses generosas de inculcação ideológica, como veremos adiante 42.

Há no Portugal do pós 28 de Maio uma nítida militância por parte de políticos e ideólogos do regime, a favor de um desinvestimento consciente e ponderado em relação ao ensino. O debate Deve-se ensinar o povo a ler? é paradigmático, e profundamente expressivo da política de educação estadonovista, permitindo-nos compreender a ambiência em que foram tomadas as medidas educativas nos anos de consolidação do regime de Salazar.

O Estado Novo ao longo dos anos 30 e primeiros anos da década de 40, vai optar por uma política de contenção de despesas. Porém, tal política tem como destinatário principal o ensino técnico, cujas condições materiais se foram degradando profundamente. Uma das vertentes do princípio da contenção, integrava uma forte selecção escolar, através da qual se pretendia a exclusão de largos sectores que começam a procurar este ensino.

O Estado Novo vai discriminar desde sempre o ensino técnico relativamente ao ensino liceal, por entender e sobretudo recear, que aquele pudesse potenciar aspirações de mobilidade social. Vai assim rodear-se de argumentos de ordem vária, incluindo a eugénica para

À semelhança dos fascismos alemão e italiano o regime salazarista vai utilizar o aparelho de estado como máquina de propaganda. Essa propaganda, visará não apenas a publicitação da palavra do Estado Novo, mas fundamentalmente a instituição de uma nova ordem social, criadora de um "homem novo". É portanto uma propaganda formativa, que pretende invadir a prática social quotidiana, pretendendo ainda, através de organismos vários, munir cada português de um único código de leitura do real.

Dentro dos organismos a quem se impõem tarefas propagandísticas, releva o Ministério da Educação onde vai ficar sediada a propaganda para as escolas na perspectiva de que são inextinguíveis espaços formativos.

LEGENDAS DAS FIGURAS

Fig.1- Ao Ministério da Educação, na sua função enquadradora da dimensão moral e ideológica, fica entregue a publicitação da mensagem da família ideal. A figura central é o pai, para quem todas as outras figuras se encontram direccionadas e curvadas numa posição de reverência. A mãe com os joelhos flectidos tirando a panela do lume, a filha brincando com pequenos lachos, "numa casa portuguesa com certeza", a janela aberta onde se vislumbra um castelo com a bandeira nacional, alfaias agrícolas em exposição e o cristo na parede.

Fig.2- As mensagens nacionalistas eram publicitadas por todos os meios, na imprensa, nos selos e nos manuais escolares.

Fig.3- A capa do livro da 1ª classe não deixa quaisquer dúvidas sobre as funções atribuídas à moralidade portuguesa e à moralidade portuguesa feminina no papel de enquadramento ideológico da juventude portuguesa.

Fig.4- Não era necessário ser subtil, o importante é que a mensagem passasse...

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Carlos, Limpos, Sadios e Dóceis, *História da Saúde Escolar em Portugal no Estado Novo (1930-1960)*, dissertação de Mestrado, Policopiado, F.P.C.E., Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

BARROSO, João, *Os Liceus — Organização Pedagógica e Administrativa (1836-1960)*, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, Lisboa, 1995.

CARVALHO, Maria Aguiar, *A Reforma do Ensino Liceal de 1936 e a Construção do Liceu Salazarista*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa, 1997.

CARVALHO, Maria Manuela da Cruz, *O Ensino da História nos Liceus do Estado Novo (1926-1940) — O processo de construção e inculcação de um paradigma de sociedade*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Dissertação de Mestrado, Policopiado, Lisboa, 2000.

CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal, 1986*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986.

CAVACO, Maria Helena, *Ser Professor em Portugal*, Editorial Teorema, Lisboa, 1993.

CORREIA, Luís Grosso, "Portugal Pode Ser se Nós Quisermos uma Grande e Próspera Nação. O Sistema Educativo do Estado Novo" in *Ler História*, nº35, 1998.

FERNANDES, Rogério, *Os Caminhos do ABC Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*, Porto Editora, Porto, 1994.

FERNANDES, Rogério, *O pensamento Pedagógico em Portugal*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1978.

FERREIRA, Isabel Alves, "Mocidade Portuguesa Feminina. Um ideal educativo", in *Revista de História das Ideias*, nº 16, Coimbra, 1994.

FORMOSINHO, João, *Education for Passivity — A Study of Portuguese Education (1926-1968)*, 1987.

GRÁCIO, Sérgio, *Ensinos Técnicos e Política em Portugal (1910-1990)*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998.

GRÁCIO, Sérgio, in *O Sistema de Ensino em Portugal (sécs. XIX e XX)*, coordenação de Cândida Proença, artigo "Ensino Técnico e Indústria", edições Colibri, Lisboa, 1998.

GRÁCIO, Sérgio, *Política Educativa como Tecnologia Social: as reformas do ensino técnico de 1948 a 1983*, Lisboa, Livraria Horizonte, 1986.

LOFF, Manuel, "As Grandes Directrizes da "Nova Ordem" Educacional Salazarista e Franquista nas décadas de 1930 e 1940", in *Fazer e Ensinar História da Educação*, Justino Magalhães (org.), Universidade do Minho, Braga, 1996.

MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia e Imaginário Nacional — A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

MÓNICA, Maria Filomena, *Os Costumes em Portugal*, Cadernos do Público nº1, Lisboa, s/d.

MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença, 1978.

NÓVOA, A "Educação Nacional" (1930-1974): Análise histórica e historiográfica, in *Actas del II Encuentro Ibérico de Historia de la Educación*, Zamora, 1997.

NÓVOA, António "A Educação Nacional" in *Nova História de Portugal*, vol. XII, Portugal e o Estado Novo (1930-1960), (dir.) Fernando Rosas, Presença, Lisboa, 1992.

NÓVOA, António, (directção), *Dicionário da Imprensa da Educação e Ensino - Repertório Analítico (sécs. XIX e XX)*, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, 1993.

NÓVOA, António, "A República e a Escola: das Intenções Generosas ao Desengano das Realidades" in *Revista Portuguesa de Educação* 1, 3, 29-60, 1988.

NÓVOA, António in *Dicionário de História do Estado Novo*, artigo sobre o Ensino Técnico, coordenação de Fernando Rosas e JMB Brito, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.

Ó, Jorge Ramos do, "Salazarismo e Cultura", in *Portugal e o Estado Novo*, (dir.) Fernando Rosas, Presença, Lisboa, 1992.

PINTASSILGO, Joaquim, *República e a Formação de Cidadãos — A Educação Cívica nas Escolas Colibri*, Lisboa, 1998.

PIRES, Daniel, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX*, 3 vols. ed. Grifo, Lisboa, 1996, 1999, 2000.

ROSAS, Fernando, *Estado Novo, Saber Científico e Universidade, Conferência proferida na Academia das Ciências no dia Nacional da Cultura Científica*, 24 Nov. de 1997 <http://www.mct.pt/dncc/confdncc.htm>.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo* (1926-1974), in *Nova História de Portugal*, direcção de José Matoso, Vol. II, Ed. Presença, Lisboa, 1992.

ROSAS, Fernando, "O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio Sobre o Estado Novo e a Questão do Totalitarismo" in *Análise Social*, vol. XXXV, 2001.

SARAMAGO, José, *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, Editorial Caminho, Lisboa, 1995.

SISTEMA DE ENSINO EM PORTUGAL, coord. de Manuela Silva M. I. Tamen, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, s/d.

STOER, Stephen e Helena Araújo, "A Contribuição da Educação para a Formação do Estado Novo: Continuidades e Rupturas, 1926-1933", in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia*, ed. Fragmentos, Lisboa, 1987.

TORGAL, Luís Reis, *História e Ideologia*, Livraria Minerva, Coimbra, 1989.

TORGAL, Luís Reis, MENDES, J., CATROGA, F. *História da História em Portugal -- sécs. XIX-XX*, ed. Temas e Debates, Coimbra, 1998.

NOTAS

- 1-Ano da Morte de Ricardo Reis, Editorial Caminho, Lisboa, 1995, p. 82.
- 2-Citado por Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Ed. Presença, G.I.S., Lisboa, 1978, p. 120.
- 3-Joaquim Pintassilgo, *República e a Formação de Cidadãos - A educação cívica nas escolas primárias da 1ª República Portuguesa*, edições Colibri, Lisboa, 1998.
- 4-Maria Filomena Mónica, op. cit., p. 115.
- 5-Curiosamente, o referido artigo de Virginia de Castro Almeida sai na primeira página do *Século* no dia em que também o jornal dá conta dos derradeiros combates que se travam nas ruas e nos quartéis do Porto entre os opositores da ditadura e as tropas fiéis ao regime. (5 de Fevereiro de 1927 in *O Século*.)
- 6-O *Século* de 5 de Fevereiro de 1927, citado por Maria Filomena Mónica, op. cit. p. 119.
- 7-A Voz, 25 de Dezembro de 1927.
- 8-Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Ed. F.C. Gulbenkian, p. 727.
- 9-Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Editorial Presença,

- GIS, p.117.
- 10-F. Mónica, *Ibidem* p.118.
- 11-O *Século* de 25 de Março de 1935, citado por Maria Filomena Mónica, op. cit. p. 116.
- 12-Carneiro Pacheco, *Portugal Renovado*, Lisboa, 1940, discurso proferido em 7/8/1935 na Covilhã, citado por Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986, p.761.
- 13-Correia Pinto in *Diário das Sessões de 25 de Março de 1938*, p. 561.
- 14-Moura Relvas, in *Diário das Sessões de 25 de Março de 1938*, p. 559.
- 15-Sérgio Grácio 1986 e Luísa Cortesão 1988.
- 16-Rómulo de Carvalho, 1986. Ver mais recentemente a Tese de Mestrado de Ana Paula Rias, *As Regentes Escolares*, FCSH, 1997.
- 17-Maria Helena Cavaco, *Ser Professor em Portugal*, Editorial Teorema, Lisboa, 1993, p. 75.
- 18-Rómulo de Carvalho op. cit. p. 731.
- 19-Oliveira Salazar discurso proferido em 12 de Maio de 1935 na sede da Liga 28 de Maio, citado por António Nóvoa, "Educação Nacional" in *Portugal e o Estado Novo, 1930-1960*, Coord. F. Rosas, ed. Presença, Lisboa, 1996, pg. 480.
- 20-António Nóvoa, "A Educação Nacional (1930-1974): Análise Histórica e Historiográfica", *Sociedad Española de Historia de la Educacion*, *Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/Secção de História da Educação*, Zamora, 1997.
- 21-Conforme a interpretação de Sérgio Grácio na sua obra *Política Educativa como Tecnologia Social - As Reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*, *Livros Horizonte*, Lisboa, 1986.
- 22-Sérgio Grácio, *Ensinos Técnicos e Política em Portugal (1910-1990)*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998.
- 23-Cf Sérgio Grácio, 1986 e 1997, ver: Decreto-Lei nº. 12.347 de 21 de Setembro de 1926 e nº 16.115 de 8 de Novembro de 1928.
- 24-Sérgio Grácio, *Ensinos Técnicos e Política em Portugal (1910-1990)*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998, p. 101
- 25-in *Indústria Portuguesa*, revista da Associação Industrial Portuguesa, nº 49, Março de 1932, p. 49.
- 26-In TAMAGNINI, Eusébio (1936), *Alguns Aspectos do Problema Escolar Português*, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 9-10, citado por João Barroso, *Os Liceus - Organização Pedagógica e Administração (1836-1960)*, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, Lisboa, 1995, pp. 581-582.
- 27-Citado por António Nóvoa in *Dicionário de História do Estado Novo*, artigo sobre o Ensino Técnico, coordenação de Fernando Rosas e JM Brandão de Brito, *Círculo de Leitores*, Lisboa, 1996.
- 28-Carlos Abreu, Limpos, Sadios e Dóceis, *História da Saúde Escolar em Portugal no Estado*

- Novo* (1930-1960), dissertação de Mestrado, F.P.C.E., Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999, pp.101-102.
- 29-Idem p. 100.
- 30-Relatório do director da Escola Industrial e Comercial de Angra do Heroísmo, ano de 1953.
- 31-Citado por António Manuel Martinho, *A Escola Avelar Brotero, 1884-1974, Contributo para a História do Ensino Técnico-Profissional*, Guarda, 1993, p. 310.
- 32-Joaquim Pintassilgo (1998) e António Candeias (1994).
- 33-Manuel Loff, "As Grandes Directrizes da "Nova Ordem" Educacional Salazarista e Franquista nas Décadas de 1930 e 1940", in *Fazer e Ensinar História da Educação*, Justino Magalhães (org.), Universidade do Minho, Braga, 1996
- 34-António Nóvoa, "A Educação Nacional" in Rosas Fernando (org) -*Nova História de Portugal*, vol. XII, Portugal e o Estado Novo (1930-1960), Presença, Lisboa, 1992.
- 35-Maria Filomena Mónica, (1978), op. cit. pp. 309-310.
- 36-in *Panorama*, revista Portuguesa de Arte e Turismo, edição do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, nº19, IV série, Setembro de 1966, ps. 7 e 8.
- 37-António Ferro, *Salazar-O homem e a sua obra*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1933
- 38-A. Ferro. Ob. Cit. pg. 219.
- 39-Jorge Ramos do Ó, *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e O. Marques, vol. XII, coord. De Fernando Rosas, Presença, Lisboa, 1992, p.401.
- 40-in , Fernando Rosas, *Estado Novo, Saber Científico e Universidade, Conferência proferida na Academia das Ciências no dia Nacional da Cultura Científica*, 24 Nov. de 1997 <http://www.mct.pt/dncc/confdncc.htm>.
- 41-José Carlos Valente, in *Dicionário de História do Estado Novo*, FNAT, JCV, pg. 376.
- 42-Stephen Stoer e Helena Araújo, "A Contribuição da Educação para a Formação do Estado Novo: Continuidades e Rupturas, 1926-1933", in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia*, ed. Fragmentos, Lisboa, 1987.

* Escola Superior de Educação de Setúbal